

## Resolução nº 0851/2016-CR

Dispõe sobre recurso interposto contra o **Auto de Infração nº 1023/2014**, em nome da empresa **Expresso Maia Ltda.**, conforme processo nº **201400029004701**.

O Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando o disposto no inciso VIII, do art. 11, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e o inciso VIII, do art. 4º, do Decreto 8.498, de 02 de dezembro de 2015, que estabelecem que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente, deverão ser por ele deliberados;

**Considerando o disposto na Resolução nº 297/2007-CG, do Conselho de Gestão da AGR, de 27 de dezembro de 2007**, que dispõe sobre os procedimentos para regular a imposição de penalidades aos concessionários ou permissionários dos serviços públicos do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás,

Considerando que a empresa **Expresso Maia Ltda.**, **interpôs recurso em tempo hábil**, demonstrando seu inconformismo contra o **Auto de Infração nº 1023/2014**;

Considerando as manifestações constantes do processo e, principalmente, o **voto do relator de fls. 35**, que passam a ser parte integrante desta decisão;

Considerando a decisão uniforme do Conselho Regulador, em reunião realizada no dia **11/05/2016**,

RESOLVE:

Art. 1º - Conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela empresa **Expresso Maia Ltda.**, e, de conseqüência, **ANULAR** os efeitos legais do **Auto de Infração nº 1023/2014**, haja vista o poder/dever da Administração Pública de rever e anular os seus atos quando eivados de vícios.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 18 dias do mês de maio de 2016.

Ridoval Darci Chiareloto  
Conselheiro Presidente

S